

Dívida pública: BC mantém o poder

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governo abandonou a idéia de criar o comitê da dívida pública, que se subordinaria à futura Secretaria do Tesouro Nacional. O secretário geral do Ministério da Fazenda, João Batista de Abreu, informou, ontem, que a nova secretaria terá condições de controlar as despesas do governo e a dívida pública sem auxílio do comitê. O novo órgão do Ministério da Fazenda substituirá a atual Comissão de Programação Financeira (CPF) e seu surgimento está dentro do programa de modernização administrativa que prevê até a reforma bancária, que reordenará as atuações do Banco Central e Banco do Brasil.

O secretário geral negou veementemente, mas técnicos do seu Ministério revelaram que a decisão de voltar atrás em relação ao comitê surgiu por pressões do Banco Central. Estes téc-

nicos observaram que o Banco Central não estava gostando da possibilidade de ver diminuído seu poder sobre o gerenciamento da dívida pública, já que o comitê teria um alto grau de interferência.

O órgão seria composto pelo próprio secretário do Tesouro, pelo diretor da dívida pública do Banco Central e pelo secretário de orçamento e finanças do Ministério do Planejamento. Os técnicos do Ministério da Fazenda informaram que o Banco Central ponderou que "haveria muita gente para opinar e atuar sobre uma área apenas", pois além dos três membros do comitê, o secretário do Tesouro e o próprio Banco Central continuariam trabalhando com a dívida pública.

A Secretaria do Tesouro surgirá, segundo Batista de Abreu, pelo aumento de trabalho do Ministério da Fazenda, que será gerado pela unificação, quase que total, dos orçamentos fiscal e monetário para o próximo ano.

A atual estrutura da CFP não comportaria o aumento de atribuições que o orçamento unificado trará, explicou o secretário-geral.

O novo órgão do Ministério da Fazenda controlará as despesas do Tesouro Nacional e ainda terá a função de ordenar a emissão de títulos da dívida pública, cabendo à diretoria do Banco Central cumprir as determinações, continuar administrando a carteira de títulos do governo e controlar a liquidez da economia. Atualmente, a diretoria da dívida pública atua quase que autonomamente.

Estas modificações serão acompanhadas pelo reordenamento das atuações dos bancos do Brasil e Central. O primeiro perderá todas as suas atribuições de autoridade monetária, deixando-as para o Banco Central. O Banco do Brasil continuará exercendo apenas o papel de agente do tesouro e ampliará sua função de banco comercial.